

A indústria do pânico deve explicações ao Brasil



» BENITO SALOMÃO
Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFG)

Na última semana, ficou conhecido o Produto Interno Bruto (PIB) relativo ao terceiro trimestre de 2025. No acumulado do ano — do 1º ao 3º trimestre —, o crescimento econômico performa 2,4%. Já no acumulado de quatro trimestres — do 4º trimestre de 2024 ao 3º deste ano —, o crescimento é de 2,7%. Esse resultado aponta para um crescimento próximo a 2,5% neste ano e, embora seja menor do que os 3,4% do ano passado, está longe de ser ruim.

Sob uma perspectiva mais longa, desde a saída da pandemia em 2021, já se passaram 19 trimestres e o país apresenta crescimento do PIB há 18 trimestres consecutivos. A taxa média de crescimento econômico nesse período foi de 3% ao trimestre. Portanto, um crescimento do PIB de 2,5% para 2025 não será um resultado tão distante da média dos últimos anos.

No dia da divulgação dos dados do PIB, eu ministrei duas aulas de macroeconomia II. Apresentei os dados para os alunos e pedi para que consultassem no Google a cobertura na imprensa. Salvo algumas poucas exceções, os cabeçalhos eram predominantemente compostos por palavras como desaceleração, abaixo do esperado, perda de fôlego, entre outras com sentido semelhante. A ênfase dada nos cabeçalhos das manchetes era no desempenho trimestral de 0,1% do PIB trimestral, uma das três modas estatísticas na série do PIB de 2021 para cá. Isso mostra que a cobertura esteve

focada em algo corriqueiro na série dos dados, em que pese dados subjacentes sinalizarem um crescimento melhor.

A supracitada dinâmica recente do PIB tem contribuído para a manutenção da taxa de desemprego em níveis bastante baixos para os padrões históricos, atualmente a taxa de desemprego apurada pela PNAD-IBGE é de 5,6%, indicando que a economia brasileira esteja próxima do pleno emprego. Em detrimento disso, a massa salarial está em plena expansão e indicadores sociais têm apresentado considerável melhora.

Diane de tais indicadores, como produto em alta e desemprego em baixa, alguns economistas tendem a apontar preocupações com o equilíbrio macroeconômico do país. Por exemplo, desempregos demasiadamente baixos podem pressionar o custo das empresas e desencadear um processo inflacionário.

No entanto, a curto prazo, não é isso o que se vê. Pelo contrário, após anos de descumprimentos sistemáticos da meta de inflação, o que se viu em 2025 foi uma contínua e rápida convergência do IPCA para a meta. Hoje, o IPCA acumulado é 4,68% e performa abaixo do limite superior da meta, que é 4,75%. As expectativas para esse indicador estão se reancorando, e a inflação prevista no Focus para o ano é de 4,4%. Apesar disso, é importante destacar que o reancoramento foi bastante tardio e que a supracitada convergência para a meta surpreendeu grande parte dos economistas (vide as previsões do Focus de cinco meses atrás, que eram de 5,2% para o IPCA em 2025).

Depois de anos, o Banco Central (BCB) tem sido capaz de perseguir a meta de inflação, preservando postos de trabalho. Contribuem com o trabalho do BCB a baixa incidência de choques climáticos neste ano e a dinâmica da taxa de câmbio. E, por falar em câmbio, se atribui a Alan

Greenspan a célebre frase “o câmbio foi uma ferramenta criada por Deus para humilhar os economistas”. Os economistas deveriam se atentarem ao conselho de Greenspan, sendo humildes e parcimoniosos no tocante às previsões cambiais.

Sobretudo após o final de 2024, quando as previsões catastróficas para o câmbio fracassaram. Em 28 de outubro de 2024, o dólar passava pela primeira vez da casa dos R\$ 6. A causa daquela desvalorização cambial foi a reação do mercado ao anúncio da isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para trabalhadores cuja renda é superior a R\$ 5 mil mensais. Não faltaram comentários em toda imprensa naqueles semanas prevendo dólar acima de certos valores, inflação fora de controle e dívida pública acima de limites muito altos. Há algumas semanas, a isenção foi promulgada e nem uma dasquelas previsões catastróficas aconteceram: o dólar ronda próximo de R\$ 5,4; a inflação voltou para a metade; e a dívida pública cresce, mas não saiu de controle.

O endividamento público evoluiu de 71,6% do PIB em 2023 para 78,6% hoje. A expansão de 7 pontos percentuais do PIB em três anos é preocupante, mas não explosiva! Sobre esse último tópico, é importante destacar que essa trajetória do endividamento público é incompatível com uma economia cujo governo vem se aproximando do déficit zero. Pouquíssimos (ou talvez nenhum) países do mundo com déficits próximos a zero rolam suas dívidas a custos implícitos nominais superiores a 12% ao ano.

O Brasil que avançou muito na agenda tributária deve pensar reformas capazes de diminuir o custo de rolagem da sua dívida nos próximos anos. Já que não há esforço fiscal que estabilize uma dívida pública cujo custo implícito de rolagem é de 12% ao ano.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circe.cunha.dj@abr.com.br



Quando as máquinas tocam a alma do Ocidente

É possível que, num futuro não tão distante, a inteligência artificial não apenas transforme a economia, o trabalho e a comunicação, mas também provoque um abalo tão profundo nos fundamentos filosóficos do Ocidente que suas colunas históricas — o humanismo, a ética, a dignidade da pessoa humana e a noção de responsabilidade mora — deixem de sustentar a vida coletiva da mesma maneira que o fizeram por milênios. A hipótese, que até pouco tempo parecia restrita à ficção científica, volta agora a frequentar o debate público com crescente inquietação, sobretudo porque a velocidade das inovações supera largamente a capacidade das instituições, das leis e até mesmo da consciência social de acompanhar o impacto desse novo ator que emerge silenciosamente nas engrenagens digitais do mundo contemporâneo.

Desde seus primórdios, o Ocidente construiu-se sobre bases que não eram meramente técnicas ou utilitárias. A invenção da filosofia na Grécia, a codificação do direito em Roma, a moralidade hebraico-cristã, a redescoberta da razão no Iluminismo e a consagração do indivíduo na modernidade compõem o alicerce cultural que fez da liberdade, do debate racional e da responsabilidade pessoal valores inegociáveis. Esse edifício, embora frequentemente contestado, mostrou extraordinária capacidade de resistência diante das guerras, das revoluções, do totalitarismo e até das mudanças tecnológicas que marcaram os últimos séculos. Mas, agora, ele se despara com um desafio inédito: a presença de máquinas capazes não apenas de executar comandos, mas de simular processos de pensamento, orientar decisões e apresentar interpretações do mundo que competem com aquelas tradicionalmente elaboradas pelos seres humanos.

Se a técnica sempre foi um instrumento subordinado ao discernimento moral, a IA inaugura uma zona cinzenta em que a fronteira entre instrumentalidade e autonomia se torna difusa. Nunca foi tão fácil delegar à máquina tarefas que vão muito além da eficiência operacional e penetrar no território sensível das escolhas humanas, da formação de opinião, da organização social e até das narrativas culturais pelas quais compreendemos a nós mesmos. O risco não está apenas no mau uso ou na manipulação, mas na possibilidade de que sistemas algorítmicos opacos, impessoais e programados para otimizar resultados tornem-se lentamente árbitros silenciosos das decisões que, por tradição, exigiam prudência, intencionalidade e consciência ética.

Enquanto o humanismo pressupõe limites que impedem que qualquer mecanismo reduza o homem a um dado estatístico, a IA tende a exagerar o humano não como fim, mas como variável. E essa mudança sutil pode ter consequências profundas: ao transferirmos às máquinas o trabalho de julgar, decidir e até interpretar comportamentos, corremos o risco de atrofiar as virtudes que sustentaram a civilização ocidental, como a responsabilidade, o discernimento, a intuição moral e a capacidade de dizer “não” às imposições externas. O verdadeiro perigo não está no momento em que a IA se torna mais inteligente que o homem em termos computacionais, mas naquele instante silencioso em que começamos a aceitar que seus critérios substituam os nossos, que suas inferências se tornem mais confiáveis do que nossa consciência, que sua lógica interna construída nos meandros de linhas de código passe a orientar a vida pública com a autoridade de um novo oráculo digital.

Civilizações não colapsam apenas por violência ou catástrofes repentinas; muitas sucumbem pela erosão lenta de suas referências simbólicas, pela perda de confiança no próprio legado, pela substituição de seus valores por sistemas abstratos que prometem eficiência, mas cobram o preço da alma coletiva, é o que nos mostra a história.

Hoje, o Ocidente vive uma tensão que ainda não foi compreendida em toda a sua gravidade. Enquanto governos e corporações aceleram a integração da IA, parecem cada vez mais pressionados a adaptar-se à ela, como se princípios milenares pudesssem ser reescritos de acordo com a conveniência de sistemas digitais. Esse cenário não exige medo irracional, mas vigilância lúcida. O perigo maior não é que as máquinas nos oprimam deliberadamente, mas que nós, fascinados por sua precisão e comodidade, abramos mão de exercer aquilo que sempre definiu a condição humana: a capacidade de escolher, de ponderar, de errar, de refletir, de assumir a autoria de nossas ações e de sustentar uma ética que transcende qualquer cálculo.

Nem condenado, nem garantido está o nosso futuro. Se quisermos preservar o legado grego da razão, o romano do direito e o judaico-cristão da dignidade humana, será necessário reafirmar, com rigor e coragem, que nenhuma tecnologia, por mais avançada que seja, pode ocupar o lugar da consciência moral. A civilização sobreviverá se recordar que os algoritmos não têm alma, não sofrem, não erram por compaixão, não assumem culpa, não pedem perdão e não amam. E é precisamente nessas imperfeições humanas que residem a força, a beleza e a responsabilidade que moldaram o Ocidente ao longo de dois milênios. Cabe a nós decidir se a herança recebida será preservada, transformada ou simplesmente substituída por uma racionalidade do tipo “maquinista” que, por mais eficiente que seja, jamais compreenderá o que significa ser humano e sua história até o presente.

A frase que foi pronunciada:

“Um país onde tudo é dirigido pela vilania.”

D. Leopoldina, no livro de Rodrigo Trespach, *Histórias não contadas*

História de Brasília

Estado de emergência para o Nordeste. Esta, a decisão do Conselho de Ministros, determinando providências à Sudene para abastecer as cidades e aumentar as obras assistenciais aos flagelados. (Publicada em 13/5/1962)

Os recentes acontecimentos na Câmara dos Deputados ultrapassam qualquer limite aceitável em uma democracia que se pretende madura. Em poucas horas, assistimos a uma sucessão de atropelos regimentais, tentativas explícitas de restrição à imprensa e uma deliberação acelerada sobre um dos temas mais sensíveis do país: a anistia aos envolvidos na tentativa de golpe de Estado que culminou nos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Foi um conjunto de gestos que não apenas desonra o parlamento, mas fragiliza instituições que precisam de transparência, responsabilidade e debate público para atuarem com a devida legitimidade.

O projeto conhecido como PL da Anistia (PL 2162/2023), apresentado sob o disfarce de “dosiometria”, entrou em votação sem que os parlamentares tivessem tempo mínimo para leitura adequada de seu relatório e das suas alterações profundas no Código Penal e na Lei de Execução Penal. Além disso, a proposta causa impactos profundos sobre a capacidade do país de responsabilizar crimes contra a ordem democrática.

A retórica de “pacificação” usada por defensores do PL distorce o verdadeiro sentido do que significa pacificar um país após uma tentativa de ruptura democrática. Não se pacifica apagando responsabilidades, negociando penas ou tratando

crimes contra a Constituição como ruídos superáveis em nome de conveniências políticas. A história brasileira mostra com clareza o preço da impunidade: ela não fecha ciclos, ela os repete. Alimenta novas crises, encoraja novas aventuras autoritárias e sinaliza que, no Brasil, ameaçar a democracia continua compensando.

Pela primeira vez desde a redemocratização, o país iniciou um processo consistente de responsabilização não apenas dos executores, mas também dos mentores intelectuais de ataques golpistas. Recuar agora significa desperdiçar um marco histórico, nacional e internacional, e, sobretudo, a chance de romper um ciclo de tolerância institucional que compromete o futuro democrático do Brasil.

O projeto segue para o Senado. É fundamental que esta Casa reafirme o compromisso do parlamento com a Constituição, com a transparência e com a proteção das instituições. A democracia não pode ser chantageada. Exige coragem, debate público, responsabilidade e a recusa firme a qualquer tentativa de reescrever a resposta da Justiça a um ataque que buscava silenciar as urnas e o Estado de Direito.

O Senado tem agora a oportunidade — e a obrigação — de reconstruir a confiança abalada, rejeitar a capitulação e reafirmar que, no Brasil, a democracia não se curva ao interesse dos que atentaram contra ela. A democracia não é negociável. E, quando começa a ser tratada como tal, é sinal de que sua defesa se torna ainda mais premente e necessária.

A ilustração mostra uma mão segurando um megafone, de onde saem setas apontando para diferentes direções, representando a complexidade e a divergência das ações políticas.